



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA DE ENSINO TÉCNICO

10 de novembro de 2023

No dia dez de novembro de dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se a Câmara de Ensino Técnico, via webconferência, sob a Presidência da Diretora de Ensino Técnico, a senhora Sanandrea Torezani Perinni, com a presença dos seguintes membros: Maria Angélica Alves da Silva Souza, Philipe Domingos, Luciano Lessa Lorenzoni, Lucas Zandonade Peterle, Priscilla Dutra Freires Codeco, Marcos Antonio de Jesus, Edson Pimentel Pereira, Tiago Franco Alves, Bruno Azeredo Passigatti, Carla Ribeiro Macedo, Conceição Regina Pinto de Oliveira, Diones Augusto Ribeiro, Alessandra Gomes Biral Stauffer, Juliana Mezzomo Flores, Enilene Regina Lovatte, Geisa Lourenço Ribeiro, Carlos Eduardo Silva Abreu, Wagner Pereira Rocha, Vitor Faiçal Campana, Virgínia de Paula Batista Carvalho, Antonio Fernando de Souza, Wilson Augusto Costa Cabral, Fernanda Zanetti Becalli, Leonardo Nunes Domingos e Nilson Alves da Silva. Convidados: Celio Proliciano Maioli, Marling Rodrigues Gava Alvarenga, Jussara Silva Campos, Jonadable Alves Palmeira, Fernanda Tonini Gobbi, Jadia Petri Penholato Micaela, Fabiana Lemos Passos Loiola, Juliano Tessinari Zagôto, Alexandre Fiorotti, Bruno Gutierrez Ratto Clemente, Vanessa Tiburtino, Daniel Lanna Peixoto e Márcia Helena Milanezi. A Diretora de Ensino Técnico, Sanandrea Torezani Perinni, abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e em seguida fez a leitura da pauta, com os seguintes pontos: **1 Informes; 2 Reformulação de Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio do Campus Barra de São Francisco - processo: 23543.000556/2023-69; 3 Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia - processo: 23159.001835/2023-83; 4 Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mineração integrado ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia - processo: 23159.001833/2023-94; 5 Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa - processo: 23156.002075/2023-51; 6 Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso**

Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa - processo: 23156.002093/2023-33; 7 Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa - processo: 23156.002091/2023-44; Reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa - processo: 23156.002005/2023-01. A pauta foi aprovada por todos. Sanandrea fez um breve relato informando que esta seria a última reunião ordinária do ano, mas que no dia 15 de dezembro haveria uma reunião extraordinária em função de algumas demandas que haviam chegado em outubro e que precisavam ser analisadas e encaminhadas para iniciar o ano de 2024. Sanandrea justificou que Adriana P. Barcellos era a presidente da Câmara de Ensino Técnico, contudo ela estava retornando de viagem do Rio Grande do Norte onde havia ocorrido a reunião Anual dos Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica e não conseguiria participar da reunião. Em seguida, Sanandrea alterou a ordem da pauta e abriu o **item 4**, reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mineração integrado ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia. A palavra foi passada para Alessandra Gomes Biral Stauffer, Diretora de Ensino do campus. Alessandra fez uma breve apresentação informando que o campus havia submetido 2 (duas) revisões de PPC, sendo uma delas a do curso técnico em mineração cuja coordenadora atual era a professora Marling Rodrigues Gava Alvarenga. Alessandra mencionou que o Campus Nova Venécia era o único campus que ofertava o curso integrado em mineração, o qual tinha duração de 4 (quatro) anos, com carga horária de 3.600 horas. O curso é ofertado desde 2009 na instituição e a revisão foi motivada pelo fato de ser um curso com duração de 4 (quatro) anos e com alto índice de evasão no terceiro ano. Ao realizar uma análise, verificou-se que a taxa de conclusão era de 60% (sessenta por cento) a 75% (setenta por cento). Além disso, o PPC atual estava com carga horária de 3.600 horas, mas, na prática, cumpria-se 4.000 horas, fazendo 1.000 horas por ano e isso estava sobrecarregando a carga horária docente do campus. Com o estabelecimento da Resolução Consup/Ifes nº 114/2022, um dos objetivos foi trabalhar a integração curricular, pois o campus não conseguia, trabalhava em caixinhas, mas desejava mudar essa prática. Ademais, o PPC estava desde 2015 sem revisão. Alessandra destacou que havia sido feita apenas 1 (uma) revisão desde o início e que esta era a segunda reformulação. A comissão obedeceu ao estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em vigor no momento, com 1.800 horas. O Núcleo Profissional ficou com 1.200 horas e o Núcleo de Formação Politécnica com 200 horas, com a ênfase em química e geografia pelo entendimento de que essas áreas estariam muito ligadas à parte técnica da mineração na formação profissional. O curso ficou com carga horária total de 3.200 horas e 3

(três) anos de duração. Alessandra apresentou a matriz e informou que todas as disciplinas haviam sofrido alguma redução. Para as disciplinas de Geografia e de Química houve uma integração com a parte profissional. Geografia e Análise Ambiental e Química aplicada à Mineração. Houve grande redução no número de disciplinas da parte técnica. O curso tinha de 15 (quinze) a 16 (dezesesseis) disciplinas e reduziu para 12 (doze), no máximo 13 (treze) disciplinas por ano e o estágio é não obrigatório. Não haverá aumento de oferta de vagas e a estrutura atual do campus tanto de professores quanto de estrutura física atenderá tranquilamente aos cursos. Sanandrea comentou que, independente das situações vivenciadas, os PPCs estavam com uma defasagem muito grande de revisão. O campus optou por viver esse ciclo porque desde 2016 havia ocorrido apenas 1 (uma) revisão no PPC. Houve muitos diálogos e não foi uma decisão repentina. Em seguida, a palavra foi passada para Juliano Tessinari Zagôto para apresentação do parecer técnico. Juliano agradeceu a oportunidade de poder participar da revisão do PPC. Juliano destacou que também havia participado da primeira revisão quando atuava ainda no Campus Nova Venécia. Juliano parabenizou o campus e toda a equipe que trabalhou na atualização e mencionou que a redução do tempo de duração do curso para 3 (três) anos era uma conquista já desejada naquela época. Juliano mencionou que o PPC estava muito bem escrito e apresentou o parecer destacando que a questão da carga horária no componente curricular de Método de Lavra que previa até 20% (vinte por cento) de carga horária a distância, era o principal ponto sugerido como alteração. O restante estava de acordo com a normativa. Sanandrea agradeceu a Juliano e informou que o item já tinha sido ajustado. Havia algumas disciplinas a distância, mas como o curso era totalmente presencial tinham sido retiradas. A carga horária do estágio foi reduzida de 400 para 200 horas atendendo à sugestão da parecerista pedagógica. Em seguida, a palavra foi passada para Jadia Petri Penholato Micaela para apresentação do parecer pedagógico. Jadia apresentou o parecer e destacou que a sugestão principal era sobre a carga horária do estágio. Marling Rodrigues Gava Alvarenga, coordenadora do curso, agradeceu por toda a atenção recebida dos pareceristas e da equipe da Pró-Reitoria de Ensino (Proen). Marling salientou que todo o apoio fora essencial para o desenvolvimento do trabalho e que a comissão havia acatado as sugestões e feito os ajustes. Apenas um item que era uma sugestão quanto à retirada da junção dos objetivos permaneceu como estava, por ter sido sugestão. Carla (Fonapne) parabenizou o campus destacando que havia tido oportunidade de ler os 2 (dois) projetos e ficado encantada como fora contemplada a questão da Educação Especial, com diversas integrações. O campus conseguiu fazer uma contextualização do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) durante todo o processo e do atendimento das pessoas com necessidades específicas. Carla ressaltou que havia

achado interessante a citação de uma servidora que estava fazendo o mestrado e que faz um projeto de intervenção no campus, pois era muito bom aproveitar essas publicações referentes ao estudo do próprio campus, algo bem direto, local, isso era muito importante. Há vários trabalhos de publicação de doutorado, de mestrado que também poderiam ser utilizados para repensar as construções de documentos. Carla apresentou uma sugestão referente à reunião pedagógica final em que constava conselho de classe para que fosse utilizado apenas reunião pedagógica final. Findas as discussões, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Mineração integrado ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia foi aprovada com 91% (noventa e um por cento) dos votos favoráveis e 9% (nove por cento) de abstenções. Sanandrea informou que encaminharia o processo de volta para o campus com todas as análises, o relatório e as observações da câmara para ajustes. O campus teria até o início de dezembro para fazer os ajustes no texto do PPC e devolver o processo para conferência, encaminhamento do PPC para publicação no site e devolução do processo ao campus. Para o **item 3**, reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia, Alexandra Gomes Biral Stauffer, Diretora de Ensino do campus, fez um breve relato mencionado que o coordenador do curso era o professor Alexandre Fiorotti que também estava presente na reunião. Os campi que ofertam o curso de edificações, além de Nova Venécia, são o Campus Vitória e o Campus Colatina. Alexandra destacou que os 3 (três) campi tinham essa duração de 4 (quatro) anos e uma carga horária bem alta, de 3.600 horas, mas que Nova Venécia havia tomado a decisão de fazer a redução de 4 (quatro) para 3 (três) anos, aproveitando as mudanças na base e também a resolução do Ifes referente à integração curricular. As ações foram as mesmas do PPC anterior e apesar de a taxa de conclusão de edificações ser um pouquinho maior, o campus queria aumentá-la. A motivação maior era o trabalho de integração curricular e porque o PPC estava há muito tempo sem revisão. A carga horária ficou em 1.800 horas para a base, 1.200 horas para a formação profissional e 200 horas para a formação técnica, com a diferença que em edificações fora dada uma ênfase na área de física e de geografia. Alexandra explicou que o curso usava como estratégia metodológica a prática profissional supervisionada, com vivências em laboratórios, salas de desenho e visita técnica, ligado à área, ao mercado. A disciplina de Física ficou na parte politécnica. Geografia e Análise Territorial e aplicações da Física na Construção Civil. O estágio foi reduzido para 200 horas e a carga horária total do curso ficou em 3.400 horas. Em seguida, a palavra foi passada para Fabiana Lemos Passos Loiola para apresentação do parecer técnico. Fabiana parabenizou a equipe e apresentou o parecer informando que havia sugerido algumas alterações referentes à parte do projeto estrutural e algumas organizações de períodos. Alexandre

Fiorotti, coordenador do curso, destacou que o projeto estava sendo desenvolvido há bastante tempo pela equipe e que fora discutido de uma maneira bem ampla com os professores da área técnica, os professores da área de formação comum e com o pessoal do pedagógico. Alexandre fez uma explanação acerca das sugestões dos pareceristas e dos ajustes realizados. Quanto à sugestão de aumentar a oferta de Educação Física e Inglês, a comissão entendeu que não procedia esse ajuste por conta das orientações recebidas da Pró-Reitoria de Ensino na época. Foi alocada a carga horária de Inglês e de Educação Física conforme estabelecido na BNCC no limite de 1.800 horas. Referente à questão das disciplinas de formação profissional possuírem uma defasagem entre teoria e prática para algumas disciplinas como Materiais de Construção, Mecânica dos Solos e Tecnologia dos Materiais, foi sugerido que elas fossem feitas simultaneamente. A comissão decidiu ofertar a disciplina de Tecnologia dos Materiais no segundo ano com 2 (duas) aulas semanais e a disciplina de Estruturas Isostáticas no terceiro ano, a qual se chamará Estruturas. Dessa forma, a disciplina de Tecnologia dos Materiais, que é de caráter prático, será ofertada no mesmo ano de Mecânica dos Solos, que também é de caráter prático. Assim, consegue-se atender a solicitação da parecerista Fabiana. Ainda nesse tópico, a comissão trocou a disciplina de Tecnologia das Construções trazendo-a para o segundo ano e passou a disciplina de Ética para o primeiro ano, contemplando a sugestão de que essas disciplinas de caráter prático e teórico ficassem ao mesmo tempo. O outro ponto atendido foi em relação à disciplina de Estruturas. Havia uma disciplina chamada Estruturas Isostáticas e a parecerista sugeriu que se ampliasse um pouco mais o repertório para os alunos para que eles tivessem uma formação mais direcionada em relação à parte de estruturas. A ementa da disciplina foi revisada aumentando a carga horária para 3 (três) aulas e ela foi para o terceiro ano. Em relação à questão da Topografia, a parecerista sugeriu que a disciplina ocorresse no primeiro ano. A comissão conversou bastante com os professores da área técnica, professores que ensinam topografia, e com o pessoal da arquitetura e da engenharia e entenderam que seria mais prudente continuar com essa oferta no terceiro ano porque no primeiro ano os alunos tinham mais defasagem em matemática e era necessário ter outros conhecimentos antes de iniciar com essa disciplina. Sobre a questão da alteração da disciplina de Informática para o grupo politécnico, a equipe entendeu que não seria possível atender a essa sugestão, tendo em vista que as disciplinas do núcleo politécnico haviam sido criadas para atender ao perfil do egresso com base na BNCC. Em relação à sugestão de trazer a disciplina de CAD ou inserir na ementa a disciplina de CAD em Desenho Técnico, a comissão entendeu também que não seria adequado para a forma como se trabalhava no Campus Nova Venécia, isto é, no primeiro ano os alunos aprendem noções de desenho técnico manual no primeiro semestre, toda aquela

formação de desenho técnico básico, linhas escala, cotas e no segundo semestre eles desenvolvem a criatividade com o desenho manual. No segundo ano junto com a disciplina de Desenho Assistido, eles passam esse projeto para o AutoCAD. Então, esse aprendizado é feito por etapas: no primeiro ano ele trabalha com desenho manual, no segundo ano ele faz a migração para incorporar as tecnologias e passar o projeto que ele fez manualmente para o computador. No terceiro ano ele faz a reforma dessa edificação incorporando outros elementos que ele vai aprendendo ao longo do curso. A comissão achou melhor manter essa sequência didática que funcionava muito bem no campus. Em seguida, Sanandrea informou que o parecerista pedagógico, Diego do Prado Ventorim, estava em aula no doutorado e não conseguiria participar da reunião. Houve uma reunião com a comissão e os pareceristas, na qual eles dialogaram e a maioria das observações dele foram incorporadas na revisão. Carla (Fonapne) parabenizou a comissão e mencionou que os projetos estavam trabalhando bem juntos a questão de contemplar as pessoas com necessidades específicas. Carla sugeriu o ajuste referente à reunião de conselho de classe ser alterada para reunião pedagógica final. Bruno (Campus Guarapari) pontuou alguns erros de formatação no PPC e a questão do ajuste na escrita referente à entrada bianual. Findos os esclarecimentos, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações integrado ao Ensino Médio do Campus Nova Venécia foi aprovada por unanimidade. Para o **item 2**, reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio do Campus Barra de São Francisco, a palavra foi passada para Conceição Regina Pinto de Oliveira, Diretora de Ensino do campus. Regina fez um breve relato destacando que o campus possuía a oferta do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio desde o início de seu funcionamento. Em 2023, a 15ª (décima quinta) turma se formaria e há alguns anos a equipe vinha observando a ocorrência de um aumento na evasão do curso e dificuldade de formação de turmas. O curso iniciou em formato de oferta semestral e depois migrou para oferta anual, mas, ainda assim, as dificuldades para mantê-lo em funcionamento tinham sido grandes. O ápice do problema aconteceu no processo seletivo de 2022 para ingresso em 2023 quando houve somente 8 (oito) inscritos. Então, a opção do campus foi pela suspensão do curso para fazer uma análise. A contrapartida foi a oferta de mais 30 (trinta) vagas em caráter excepcional no Curso Técnico integrado em Administração. O campus precisava tomar uma decisão mais consolidada se continuaria a oferta para o ano de 2024 ou se solicitaria a extinção do curso. Num primeiro momento a decisão foi pela extinção, mas diante da possibilidade de parceria com a Secretaria da Educação (Sedu) para a oferta de vagas em cursos técnicos concomitantes, o campus optou por fazer essa tentativa e instituiu a comissão de reformulação do PPC. O curso passou para 800 horas

e iniciaram-se os trabalhos de revisão, porém no decorrer do ano, final de setembro ou início de outubro, houve um complicador referente à parceria com a Sedu e, em princípio, o Campus Barra de São Francisco estaria fora da parceria. Contudo, pouco depois foi possível retornar à parceria e a comissão deu seguimento à reformulação. Sanandrea discorreu sobre o processo de concretização da parceria informando que o Ifes tinha uma parceria com a Sedu no Campus Cachoeiro de Itapemirim com oferta de cursos concomitantes intercomplementares pelo programa Qualificar Mais, que era gerenciado pela Pró-Reitoria de Extensão. Para 2024/2025 haverá o programa escola em tempo integral e será necessário rever algumas parcerias. Sanandrea citou um apontamento da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) de que não poderia ocorrer a parceria com uma única escola por não ser o caso de curso concomitante intercomplementar. Houve uma reunião para discussão, ajustes e fechamento do edital para iniciar uma nova experiência com os cursos concomitantes. Serão 10 (dez) campi participantes e um total de 20 (vinte) cursos ofertados. A Proen vai acompanhar de perto essa parceria. Em seguida, a palavra foi passada para Daniel Lanna Peixoto para apresentação do parecer técnico. Daniel agradeceu a oportunidade de discussão e aprendizado e fez um resumo sobre os apontamentos indicados no parecer. Houve uma observação para que fossem colocadas as ações de pesquisa e extensão vinculadas ao curso. Daniel mencionou que nos objetivos havia sentido falta de coerência, isto é, pertinência e viabilidade pedagógica para que fosse trabalhada a questão da segurança e higiene das pessoas no ambiente de trabalho, pela própria característica do município vinculado à extração de rochas. Trata-se de um assunto muito sensível que deveria constar no PPC. Outra observação era sobre as questões ambientais em que fora sugerida uma pequena revisão na forma de escrita para deixar claro para o leitor conseguir fazer uma interpretação correta quanto à postura diante da ética relacionada às questões ambientais. Daniel informou que havia sentido falta de uma disciplina de gestão de serviços ou que o assunto fosse abordado em outras disciplinas para que o aluno pudesse ter uma dimensão e uma aproximação a esse conhecimento, mas de maneira específica. Quanto à organização das disciplinas, Daniel destacou que era importante que a disciplina de Gestão de Pessoas fosse ministrada no segundo ano porque a disciplina de Fundamentos de Administração introduzia alguns conhecimentos que seriam necessários ao entendimento de gestão de pessoas. Então, as 2 (duas) disciplinas ocorrendo de maneira conjunta no primeiro ano sacrificaria o entendimento de como gerir o comportamento humano das organizações. Quanto às ações de pesquisa e extensão vinculadas ao curso, deveria ser apresentado de que modo elas se relacionam com o curso e isso não foi mostrado em nenhum momento. O PPC também não menciona a possibilidade de estágio, então essa ausência inibe a

possibilidade de alguém procurar por essa estratégia de aprendizado. Quanto ao perfil de qualificação dos professores instrutores e técnico-administrativos, seria interessante relacionar quais professores ministram determinadas disciplinas. Finda a apresentação do parecer, Regina agradeceu a Daniel pelo olhar cuidadoso com a proposta de reformulação e informou que a comissão havia considerado que as recomendações eram pertinentes. O único ponto que a comissão manteve foi em relação ao estágio porque no contexto de Barra de São Francisco havia uma grande dificuldade mesmo sendo não obrigatório. Há muita dificuldade para os alunos do curso superior conseguirem um estágio não obrigatório em função das poucas possibilidades de atuação e isso fica mais mais evidente quando se trata de um curso técnico em administração. Então, as poucas oportunidades de estágio são voltadas para alunos de nível superior. No caso em tela, o PPC está sendo totalmente voltado para a parceria com a Sedu. A escola parceira fica no município limítrofe de Barra de São Francisco chamado Vila Pavão. Na parte da tarde os alunos estudam as disciplinas da formação geral do ensino médio e à noite eles se deslocam diretamente da escola para o campus para cursar a parte técnica. A comissão não conseguiu visualizar uma logística para que eles conseguissem fazer o estágio. Além disso, muitos deles são menores de idade. Então, a opção da comissão foi de não fazer a oferta de estágio mesmo sendo não obrigatório. Sanandrea tomou a palavra e mencionou que não se sabia quanto tempo duraria essa parceria com a Sedu e destacou que o estágio era muito importante, pois era uma possibilidade de os estudantes terem um contato de fato com o mundo do trabalho. Sanandrea salientou que ao se retirar o estágio do PPC inviabilizava-se qualquer possibilidade que pudesse surgir. Então, como reflexão para as próximas ofertas, mesmo com todos esses dificultadores, a retirada do estágio acabava impedindo qualquer possibilidade. Em seguida, a palavra foi passada para Márcia Helena Milanezi para apresentação do parecer pedagógico. Márcia agradeceu pela oportunidade e destacou que havia feito algumas observações. Na identificação do curso foi solicitado acertar a carga horária. Além disso, na identificação fala-se de atividade não presencial, mas ao longo do texto a modalidade fora posta como uma possibilidade. Houve uma orientação para que fosse uma narrativa breve, mas que tivesse as características da apresentação, um histórico que apresentasse o curso de fato, mas não foram identificados esses elementos no texto. Nos objetivos foram solicitados ajustes nos verbos utilizados. Na organização didático-pedagógica não havia alguns elementos ao longo do texto como a concepção didático-pedagógica, a metodologia do curso, o material didático e a composição curricular. Márcia citou também os demais ajustes e correções solicitados e finalizou a apresentação do parecer colocando-se à disposição. Regina agradeceu a parecerista Márcia pelo olhar cuidadoso sobre o PPC, informou que a comissão já

havia colocado no relatório que todas as recomendações seriam acatadas na íntegra e ratificou a ponderação sobre o estágio. Regina acrescentou que, caso a comissão considerasse pertinente, seria solicitada uma nova alteração no PPC em 2024 com a inclusão do estágio, mas que no momento seria mantida a posição de não fazer a inclusão do estágio. Findas as discussões, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração concomitante ao Ensino Médio do Campus Barra de São Francisco foi aprovada com 76% (setenta e seis por cento) dos votos favoráveis e 24% (vinte e quatro por cento) de abstenções. Para o **item 5**, reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa, a palavra foi passada para Antonio Fernando de Souza, Diretor de Ensino do campus. Antonio explicou que não se tratava de uma reformulação, mas de um curso novo que o campus estava ofertando, que era o curso técnico em agropecuária concomitante ao ensino médio pelo programa Qualificar Mais, dentro da linha de fomento do itinerário da formação técnica profissional. A previsão é de que o curso seja ofertado nos anos de 2024 e 2025. O campus submeteu a proposta ao edital em 2022, foi contemplado em 2023 e trabalhou a estruturação para início da oferta em 2024. Serão 4 (quatro) semestres: 2024/1, 2024/2, 2025/1 e 2025/2, com oferta de 30 (trinta) vagas. Das diversas escolas estaduais que podem ter os estudantes vinculados ao curso, o campus tem como referência a escola Frederico Pretti que é a parceira direta que vai absorver todos esses alunos. O termo de parceria foi assinado em setembro do corrente ano e tem toda a tramitação burocrática feita via Sedu. Antonio agradeceu aos membros da comissão, aos pareceristas e à equipe da Proen. Sanandrea informou que a parecerista técnica, prof^a Renata Cogo Clipes, estava em aula do doutorado e não poderia estar presente na reunião. Ela recebeu o relatório e foi combinado uma reunião posterior. Sanandrea informou que faria um checklist dos itens acatados com o PPC com a participação dela, que gostou muito da proposta. Em seguida, a palavra foi passada para Leonardo Nunes Domingos para apresentação do parecer pedagógico. Leonardo fez um breve relato destacando os pontos principais do parecer. O PPC foi aprovado com restrições porque havia algumas questões formais para ajustar. Leonardo fez um relato sobre as adequações solicitadas e se colocou à disposição. Sanandrea informou que o único item acatado parcialmente fora a questão da empregabilidade porque não havia dados recentes sobre essas questões na região. Os demais itens, conforme a devolutiva do campus, foram acatados. Jussara Silva Campos, coordenadora do curso, explicou que em reformulação anterior, havia sido dada uma sugestão, na época trazida pelo próprio Antonio Fernando, de incluir uma parte dentro da produção vegetal III como Floricultura, por exemplo, por ser um campo que mercadologicamente tem crescido. Porém só se sabe disso por meio de demandas dos professores da área técnica em

contato com empresas desse mercado de consumo, de venda e tudo mais. Oficialmente a comissão não possuía esses dados. Então, procuraram os órgãos, dentro do município, e realmente não existia nenhuma pesquisa feita nesse campo. Assim, como era uma questão empírica e o parecer solicitava um dado de levantamento por meio de pesquisa estatística, a comissão acabou não acatando devido a essa questão. Carla (Fonapne) parabenizou o campus e fez uma sugestão na página 37 do PPC quando era citada a Lei 13.146/2015 e o significado do Napne e a sua abrangência. Carla explicou que o parecerista Leonardo havia apontado isso no parecer e que o campus tinha informado que acataria. A sugestão era para que a comissão usasse um padrão para o nome do Napne como “núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas”. Findas as discussões, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa foi aprovada por unanimidade. Para o **item 6**, reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa, a palavra foi passada para Antonio Fernando de Souza, Diretor de Ensino do campus, e Jussara Silva Campos, coordenadora do curso, para uma breve apresentação sobre o curso. Antonio mencionou que no ano de 2023 o campus havia se mobilizado para trabalhar na reformulação dos PPCs. O curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio era o curso mais antigo e também o maior curso do campus. São 120 (cento e vinte) vagas ofertadas anualmente e é um curso que estava com uma carga horária de quase 3.800 horas. A última reformulação do PPC foi feita em 2016 e a partir das diretrizes da carga horária mínima da BNCC, de 1.800 horas, esse PPC precisou passar por um processo de reformulação. A carga horária do núcleo comum teve uma redução significativa e, se aprovada a proposta, essas mudanças iniciarão em 2025 e não em 2024. Em seguida, Jussara fez uma contextualização sobre as alterações. Na parte de estágio, foi feita votação para decidir se ele permaneceria de acordo com o PPC atual, obrigatório com 100 horas. Referente aos 20% (vinte por cento) da carga horária a distância desde que esteja nos planos de ensino, Jussara destacou que essa carga horária a distância praticamente não era utilizada, embora estivesse prevista no PPC atual. A carga horária de quase 3.800 horas era dividida em 2.400 horas para o núcleo comum e para o núcleo diversificado. No núcleo diversificado entravam as disciplinas de língua estrangeira, Inglês e Espanhol, e a carga horária era dividida de acordo com o quantitativo de aulas do primeiro, segundo e terceiro ano e as quase 1.300 horas do núcleo profissionalizante divididos entre 9 (nove), 15 (quinze) e 14 (catorze) aulas também no primeiro, segundo e terceiro ano e estágio de 100 horas. Jussara informou que a comissão havia tido uma orientação da Proen para fazer uma unificação, a qual aconteceu com todos os cursos que passaram por essa reformulação.

Então, de acordo com essa nova proposta, a carga horária a distância foi extinta. A comissão achou melhor retirar devido às questões postas para o novo PPC e também pelo fato de o curso ser integral e ter um público estudantil com algumas características analisadas como não viáveis para se trabalhar essa carga horária. Foram diminuídas 600 horas no total. Com esse novo desenho ficaram 19 (dezenove) aulas no primeiro e no segundo ano e 16 (dezesseis) no terceiro. O núcleo profissionalizante não teve muito impacto em número de aulas porque elas são organizadas em 50 (cinquenta) minutos. Representou apenas 1 (uma) aula reduzida por semana. Jussara explicou como haviam sido as discussões sobre a redução de carga horária e remanejamento de disciplinas e informou que a votação tinha sido favorável à manutenção do estágio pelo entendimento de que seria importante o estágio permanecer para que o aluno tivesse contato com a diversidade que o curso de agropecuária poderia oferecer. Antonio acrescentou que diante de todas as modificações, o campus submetia o PPC para a apreciação dos membros da câmara. Jussara informou que dos apontamentos feitos pelos pareceristas, a única coisa que não havia sido acatada fora a mesma do concomitante, referente à pesquisa, pois era a mesma situação já citada. Em seguida, Leonardo Nunes Domingos apresentou o parecer pedagógico destacando as observações. Leonardo informou que também havia sido uma aprovação com restrição justamente pelo mesmo motivo. O PPC atende aos requisitos básicos das resoluções do Ifes, mas formalmente tem alguns pontos a serem corrigidos. Finda a apresentação, Sanandrea informou que o parecerista técnico, Robson Ferreira de Almeida, havia tido um imprevisto e não poderia estar presente na reunião. Jussara informou que as sugestões haviam sido acatadas. Findas as discussões, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa foi aprovada com 95% (noventa e cinco por cento) dos votos favoráveis e 5% (cinco por cento) de abstenções. Sanandrea informou que o **item 7**, reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Meio Ambiente integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa, havia sido retirado da pauta em função de alguns contratempos em relação aos pareceristas que precisaram ser substituídos e que o PPC seria apreciado na reunião extraordinária do dia 15 de dezembro. Para o **item 8**, reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa, a palavra foi passada para Antonio Fernando de Souza, Diretor de Ensino do campus. Antonio fez um breve relato informando que o referido curso estava passando pelo seu primeiro processo de reformulação. O curso foi criado em 2020, é também um curso de 3 (três) anos de duração com oferta em turno integral e 40 (quarenta) vagas anuais. Desde a aprovação em 2020, o curso possui carga horária de 3.200 horas. A previsão para esse PPC também não é começar em 2024 e sim em 2025. Antonio destacou que todo o

movimento ocorrido com a agropecuária, conforme apresentado pela professora Jussara, havia também acontecido para o curso técnico em meio ambiente e para o curso técnico em informática para internet. Em seguida, a palavra foi passada para Jonadable Alves Palmeira para apresentação do parecer pedagógico. Jonadable fez um breve relato destacando os apontamentos mais relevantes. Houve sugestão de melhoria no uso dos verbos nos objetivos de modo que ficassem mais diretos. No perfil do egresso, o perfil profissional de conclusão deveria abordar a questão do uso dos dados dos mercados, como as empresas trabalham atualmente, pois o que é de mais valor no mundo são os dados, por vezes, até mais do que as mercadorias, e sentiu-se falta de algo nesse sentido, de uma pegada mais mobilizadora mesmo na discussão do perfil do egresso. Jonadable salientou a importância de se discutir isso no campus e assimilar a concepção de educação como educação de intervenção no mundo do trabalho, analisando quem serão esses alunos no mundo do trabalho. Houve também uma observação sobre o estágio porque havia uma direção para um outro curso, mas era só uma questão de ajuste. Finda a apresentação, Sanandrea informou que referente ao apontamento sobre o perfil do egresso, o coordenador do curso havia mencionado que seria abordado nas disciplinas. Porém faltou incluir no perfil do egresso esse olhar apontado pelo parecerista. Em seguida, a palavra foi passada para Celio Proliciano Maioli para apresentação do parecer técnico. Celio agradeceu pela oportunidade de fazer a análise do PPC e fez um breve relato sobre as observações contidas no parecer. Celio mencionou que na reunião prévia algumas dúvidas já haviam sido sanadas, mas resumidamente queria apontar 2 (dois) tópicos em relação ao curso. O primeiro também em relação ao perfil do egresso. Conforme dito na reunião prévia, o PPC era um documento que precisava ser executado de fato, então fora pontuado que uma parte do perfil trazia que o aluno deveria demonstrar capacidade de trabalho em equipe, de raciocínio abstrato, de criatividade, de raciocínio lógico, de síntese, de senso analítico, de concentração, de flexibilidade, de antecipação do cenário futuro, de iniciativa, de memorização, de empatia com o público-alvo da organização, de proatividade e resiliência, devendo também enfrentar desafios e se adaptar ao ambiente de trabalho dinâmico. Todavia, sentiu-se a falta de componentes curriculares ou conteúdos nos componentes curriculares ou atividades previstas no PPC para que esse perfil fosse realmente atingido. É preciso ter esse cuidado sobre como fazer isso acontecer. Em relação à parte dos componentes curriculares, há uma disciplina chamada Fundamento de Tecnologia da Informação. A sugestão seria não atrelar a uma tecnologia e deixar isso mais em aberto porque, principalmente no que diz respeito a sistemas operacionais, pode ser que em algum momento seja importante o Windows, em outro momento seja importante o Linux ou o Android ou outro sistema operacional, mas o projeto deixa fixo. Em relação à organização didático-

pedagógica, a sugestão diz respeito à ausência de uma disciplina introdutória da parte de infraestrutura. Celio finalizou a apresentação destacando algumas questões como no caso de estágio que fazia referência a um outro curso, bem como algumas questões de língua portuguesa que também deveriam ser corrigidas. Sanandrea esclareceu que referente à questão da disciplina de Infraestrutura, a comissão havia explicado no relatório que não fora possível incluir porque teria que retirar alguma outra disciplina. As demais sugestões eles acataram e vão ajustar. Antonio complementou dizendo que Tiago Dallapiccola, coordenador do curso, havia mencionado que para a disciplina de Infraestrutura poder entrar no rol da matriz curricular outro componente precisaria sair e que, conforme discutido pelo grupo, esse conteúdo mais básico seria diluído dentro de alguns componentes curriculares. Tiago fez uma breve participação na reunião confirmando a informação dada por Antonio a respeito do item observado no parecer técnico. Tiago agradeceu aos pareceristas pela atenção e cuidado que tiveram na análise do PPC. A comissão atendeu todas as observações feitas, as quais já foram modificadas no texto, alteradas e redimensionadas. Findas as considerações, a reformulação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática para Internet integrado ao Ensino Médio do Campus Santa Teresa foi aprovada com 93% (noventa e três por cento) dos votos favoráveis e 7% (sete por cento) de abstenções. Nada mais havendo a tratar, Sanandrea deu por encerrada a reunião. Eu, Cristiana Aparecida Reimann do Nascimento, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes. Vitória, dez de novembro de dois mil e vinte e três.